

# TRAÇOS REFERENCIAIS DE CP: O QUE NOS DIZ A ALTERNÂNCIA ENTRE INTERROGATIVAS IMPRÓPRIAS E RELATIVAS COM ANTECEDENTE<sup>1\*</sup>

Gabriela Matos

gmatos@letras.ulisboa.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal)  
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (Portugal)

Ana Maria Brito

abrito@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)  
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. A alternância entre interrogativas impróprias e relativas com antecedente levanta a questão das propriedades sintáticas, semânticas e discursivas que aproximam CPs e DPs. Considerando propostas avançadas nas duas últimas décadas, assumimos que a propriedade fundamental que estes constituintes partilham nos casos de alternância em estudo é o traço de referencialidade. Este traço está semanticamente presente nos predicados que selecionam estes constituintes e encontra uma contrapartida estrutural nas sintaxe destes CPs e DPs.

---

<sup>1\*</sup> O presente trabalho é uma versão modificada de Matos & Brito (2013), incluído nas Referências finais. A investigação conducente a estes dois trabalhos foi elaborada no âmbito dos projetos PEst-OE/LIN/UI0214/2013 e FEDER / POCTI U0022/2003. Agradecemos à audiência do *Encontro comemorativo dos 40 anos do CLUP* os comentários e as sugestões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Referencialidade de CP e DP, alternância entre interrogativas impróprias e relativas com antecedente, periferia esquerda, predicados assertivos definidos de cognição ou comunicação.

**ABSTRACT.** The alternation between improper interrogatives and headed relatives raises the question of the syntactic, semantic and discursive properties that relate CPs and DPs. Taking into account proposals put forward in the last two decades, we assume that referentiality is the core property that these constituents share in the alternation cases under study. This feature is semantically present in the predicates that select these constituents and finds a structural counterpart in the syntax of these CPs and DPs.

**KEYWORDS:** Referentiality of CP and DP, alternation between improper interrogatives and headed relative clauses, left periphery, assertive definite predicates of cognition or communication.

## 1 – Introdução

Em certas línguas (Espanhol, Português, Inglês, e.o.) frases completivas declarativas como as que ocorrem em (1a), (2a), designadas na literatura como *interrogativas impróprias* (Suñer 1993, 1999), apresentam como paráfrases DPs contendo orações relativas restritivas, como em (1b), (2b) (Keenan & Hull 1973, Moreno Cabrera 2002, Matos & Brito 2013):<sup>2</sup>

- (1)a. Juan sabe qué ruta tomará el barco.<sup>3</sup>  
       b. Juan sabe la ruta que tomará el barco.  
 (2)a. Nós descobrimos que dificuldades temos de enfrentar.  
       b. Nós descobrimos as dificuldades que temos de enfrentar.

Tomaremos esta alternância como evidência da existência de propriedades nominais no argumento CP em (1a)-(2a). Semanticamente,

---

<sup>2</sup> Neste trabalho usaremos as siglas das categorias em Inglês, como é costume na bibliografia sintática de cariz generativo: DP (Determiner Phrase), para Sintagma Determinante; CP (Complementizer Phrase), para Sintagma Complementador; IP (Inflection Phrase), para Sintagma Flexionado, TP (Tense Phrase), para Sintagma Tempo.

<sup>3</sup> Os exemplos em Espanhol são de Keenan & Hull (1973).

tanto a frase completiva em (1a)-(2a) como o DP que contém a relativa em (1b)-(2b) são argumentos; o CP selecionado pelo verbo e o DP relativizado têm ambos um alto grau de referencialidade e partilham a pressuposição de existência de uma entidade específica denotada pela expressão *wh D-linked* (i. e., com a forma *wh+N*) em (1a) e (2a) e pelo DP que contém a oração relativa em (1b) e (2b). O presente trabalho desenvolve propostas de Matos & Brito (2013), dando especial ênfase às propriedades sintáticas e semânticas que permitem relacionar estes DPs e CPs e lhes conferem propriedades referenciais.

Para alcançar este objetivo, o texto está organizado da seguinte maneira: na secção 2 traçaremos alguns paralelismos e diferenças entre DP e CP classicamente apontados na literatura. Em 3 analisaremos a questão da alternância entre relativas com antecedente e interrogativas impróprias; começaremos por descrever as propriedades que distinguem as interrogativas impróprias das interrogativas propriamente ditas (secção 3.1); seguidamente, discutiremos a hipótese de a alternância entre interrogativas impróprias e DPs relativizados se dever à inclusão destes DPs na classe das *interrogativas ocultas* (secção 3.2); por fim, exploraremos a possibilidade de essa alternância se dever parcialmente às propriedades estruturais que aproximam interrogativas impróprias e DP relativizados (secção 3.3). Tendo em conta a insuficiência desta análise, para caracterizar decisivamente as propriedades partilhadas por interrogativas impróprias e DP relativizados, na secção 4 debruçar-nos-emos sobre a questão da referencialidade destas construções: em 4.1 analisaremos as classes de predicados que as selecionam; em 4.2 consideraremos propostas recentes que procuram contrapartidas estruturais para a natureza referencial do CP; em 4.3 explicitaremos a nossa proposta para captar a referencialidade do DP e do CP nas construções de alternância em estudo. Em 5, apresentaremos as conclusões principais a que chegámos.

## 2 – Sobre o paralelismo entre DP e CP<sup>4</sup>

O paralelismo entre expressões nominais (DP) e orações (IP, TP) é conhecido desde Abney (1987). Com a introdução de CP (Chomsky 1986), novas perspetivas se abriram. O paralelismo entre DP e CP foi reconhecido pelo menos desde Szabolcsi (1994) e Longobardi (1994). Partindo do Húngaro, Szabolcsi adianta a ideia de que um complementador como *that* ‘que’ e equivalentes e os artigos são uma espécie de subordinadores, no sentido de que permitem que uma oração (CP) e um DP atuem como argumentos (ver também Coene & d’Hulst 2002: 6). Ao nível de CP, este paralelismo explicaria o facto de uma oração só poder ser argumento de um predicado superior se tiver um complementador explícito ou omissivo (cf. (3a) e (3b))<sup>5</sup>. Uma categoria CP isolada não pode ser argumento (cf.(3c)):

- (3)a. Eu disse [<sub>CP</sub> que a Maria saiu]  
 b. Eu disse [<sub>CP</sub> 0 ir sair]  
 c. \* [<sub>CP</sub> Que a Maria saiu]

No nível nominal, e de acordo com Longobardi (1994), para que um NP se torne um argumento, D tem de estar presente; em certas línguas, como o Português, um Nome próprio pode ocorrer com e sem artigo (4a), mas no vocativo, considerado por Longobardi uma posição não argumental, o artigo não pode estar presente(4b):<sup>6</sup>

- (4)a. O João chegou / João chegou.  
 b. \*O João, vem cá!

<sup>4</sup> Sobre esta questão, ver, entre outros, Brito (2015) e bibliografia aí citada.

<sup>5</sup> Isto não significa que todas as orações completivas sejam CP; de facto, muitos autores têm proposto o estatuto deficitário das orações selecionadas por verbos de reestruturação como *querer*, pelos modais *poder e dever* e pelos verbos aspetuais (*estar a, andar a*, etc.), explicando, no caso destes últimos, a sua natureza de “semi-auxiliar” (ver, para o Português, Matos 1992, Gonçalves 1996, entre outros).

<sup>6</sup> Por uma questão de limite do âmbito da discussão, vamos aqui passar ao lado de toda a problemática relacionada com nomes simples (*bare nouns*).

Outro facto que relaciona DP e CP são fenómenos de subcategorização / seleção: certos predicados selecionam DP e CP como argumentos, como é visível em (5a) e (5b). Este facto é reconhecido pela tradição gramatical luso-brasileira, ao chamar substantivas às orações integrantes / completivas:

- (5) a. Eu disse [<sub>CP</sub> que a Maria saiu]
- b. Eu disse [<sub>DP</sub> uma mentira].
- c. Eu disse [<sub>DP</sub> isso]

Em consonância, certos estudos de Sintaxe Generativa propuseram que acima de CP haveria um nó NP. Contudo, desde Kiparsky & Kiparsky (1970) e Hooper & Thompson (1973) sabemos que as orações integrantes / completivas não são nominais da mesma maneira e que as orações selecionadas por predicados factivos têm mais propriedades nominais do que as que são selecionadas por predicados não factivos (ver para o PE Raposo 1987). Mas enfatizar a importância da factividade tem os seus problemas, pois se uma oração selecionada por um V factivo fosse realmente introduzida pela expressão *o facto de*, como proposto por Kiparsky & Kiparsky (1970), não explicaríamos restrições quanto à natureza dos sujeitos, como em (6) e (7) (cf. Raposo 1987), nem diferenças de comportamento em extrações com e sem *o facto de* (8) (cf. Duarte 2003: 630-631):

- (6) a. Lamentamos *o eles* não terem recebido financiamento.
- b. \*Lamentamos *o os institutos* não terem recebido financiamento.
- (7) a. É um perigo o estarem a aumentar *as situações de conflito* no globo.
- b. \*É um perigo o *as situações de conflito* estarem a aumentar no globo.
- (8) a. \* O que é que é afitivo o facto de ele ter tido \_ ?
- b. O que é que é afitivo ele ter tido \_ ?

Nas duas últimas décadas, a noção de factividade tem sido correlacionada com propriedades de definitude e referencialidade (e.g. Melvold 1991). Desenvolvendo esta hipótese, análises recentes procuram

derivar a factividade de propriedades de definitude e referencialidade dos predicadores que selecionam estes argumentos nominais e oracionais (Hinzen & Sheehan 2011) e de propriedades estruturais do CP (e.g. de Cuba & McDonald 2013, Haegeman & Ürögdi 2010a, b), como veremos na secção 4. deste trabalho.

Em síntese, há paralelismos entre as categorias DP e CP, no sentido em que há propriedades nominais e referenciais em orações completivas. No entanto, CP engloba vários tipos de orações completivas. Neste artigo, desenvolvendo Matos & Brito (2013), investigaremos a alternância entre um tipo de oração completivas, as chamadas interrogativas indiretas impróprias introduzidas por um sintagma *wh D-linked*, e as orações relativas com antecedente, constituídas por um DP definido que contém uma relativa restritiva como em (1) e em (2), de modo a determinar que traços partilham e como estes se codificam na estrutura sintática.

### **3 – A alternância entre interrogativas impróprias e alguns DPs relativizados**

A possibilidade de alternância entre interrogativas impróprias e relativas com antecedente evidencia que estas construções partilham um conjunto de propriedades. Em línguas como o Português, essa similitude tem uma base sintática e não se restringe unicamente a aspetos semânticos. Assim, nesta secção, depois de caracterizarmos as propriedades das interrogativas impróprias (secção 3.1) e de demonstrarmos que não é sintaticamente plausível atribuir o estatuto de interrogativas ocultas às relativas que alternam com interrogativas impróprias (secção 3.2), destacaremos os aspetos estruturais que aproximam as interrogativas impróprias das relativas com antecedente (secção 3.3).

#### **3.1 – Interrogativas propriamente ditas interrogativas impróprias**

As frases subordinadas *-wh* em (1a) e (2a), repetidas em (9), apresentam um comportamento que as diferencia das interrogativas indiretas propriamente ditas, razão pela qual foram designadas interrogativas impróprias.

- (9) a. Juan sabe qué ruta tomará el barco.  
b. Nós descobrimos/sabemos que dificuldades temos de enfrentar.

Esta distinção foi proposta para o Inglês e Espanhol por Plann (1982) e Suñer (1993, 1999), para frases com e sem um sintagma-*wh*, como em (10) e (11), respetivamente correlacionadas com as interrogativas parciais e globais em (12) e (13), exemplos de Suñer:

- (10) a. John knows how many students passed the test.  
b. Dijo cuales eran sus actores favoritos.  
(11) a. Mary knows whether they serve breakfast.  
b. Bri sabía si su abuela había ido a Madrid.  
(12) a. They {asked/wondered} which book John read.  
b. Juan preguntó quantos invitados iban a venir.  
(13) a. Mary asked whether it is raining.  
b. Bri preguntou (que) si su abuela había ido a Madrid.

As orações em (10)-(11) diferem das orações em (12)-(13) em diversos aspetos. Discursivamente, distinguem-se pela sua força ilocutória: enquanto em (10)-(11) as orações reportam uma asserção e têm força ilocutória declarativa, em (12) e (13) reportam uma pergunta e têm força ilocutória interrogativa. Semanticamente, as orações interrogativas não podem ser verdadeiras (V) nem falsas (F): em (13b), *Mary asked whether it is raining*, a oração encaixada *whether it is raining* não é nem V nem F, porque a entidade denotada pelo sujeito superior não sabe se está a chover ou não; pelo contrário, as interrogativas impróprias são proposições, porque têm um valor de verdade: em (1), *Mary knows whether they serve breakfast*, declara-se que a Maria sabe a resposta (sim ou não) da oração encaixada. Lexicalmente, em PE há restrições sobre os complementadores que introduzem as interrogativas indiretas globais propriamente ditas: o complementador *se* está associado ao valor interrogativo, sendo *que* excluído, como mostra a agramaticalidade de *que* em (14) e a diferença de interpretação entre (15a) e (15b); enquanto em (15b) permanece a incógnita sobre se *o João leu o livro*, em (15b) é dado como certo que *o João leu o livro*:

- (14) Ela perguntou/perguntou-se/inquiriu {se/\*que} a Ana enfrentava alguma dificuldade.
- (15) a. Ela ignora/ desconhece/ não sabe/esqueceu-se/não se lembra se o João leu o livro.  
 b. Ela ignora/desconhece/não sabe/esqueceu-se /não se lembra que o João leu o livro.

Adicionalmente há restrições sobre as classes de verbos que selecionam interrogativas encaixadas propriamente ditas e as que selecionam interrogativas impróprias. Em PE, as interrogativas indiretas propriamente ditas são tipicamente selecionadas pelas classes de verbos explicitadas em (16) (cf. Matos & Brito 2013), como ilustrado nos exemplos em (17):

- (16) a. Predicados de comunicação com um conteúdo interrogativo: *perguntar, inquirir, interrogar-se*  
 b. Predicados relacionados com falta de conhecimento: *ignorar, desconhecer/não saber, esquecer, não recordar*  
 c. Predicados de comunicação e percepção (*dizer, admitir, ver*) no escopo de um operador de negação ou de interrogação ou no escopo de um verbo modal como *querer*
- (17) a. Ela perguntou/perguntou-se/inquiriu se a Ana enfrentava alguma dificuldade.  
 b. Ela ignora /desconhece/ não sabe/esqueceu-se/não se lembra se o João leu o livro.  
 c. Ele sabe/disse/ouviu se o carro já está arranjado?  
 d. Ele quer saber se o carro está arranjado.

Uma diferente situação ocorre nas interrogativas indiretas impróprias, em que os verbos que as selecionam são verbos não interrogativos. Em (18) indicamos alguns desses predicados, que ilustraremos em (19):

- (18) a. Predicados de aquisição, retenção e perda de conhecimento: *saber, descobrir, reparar, ver, lembrar, esquecer*  
 b. Predicados de conjectura: *adivinhar, prever*

c. Predicados de comunicação sem conteúdo interrogativo:

*revelar, explicar*

- (19) a. Ela sabe que dificuldades tem de enfrentar.  
b. Ela sabe {que/\*se} a Ana enfrentava dificuldades.  
c. Nós adivinhámos/previmos que rota o barco ia tomar.  
d. Nós adivinhámos/previmos {que/\*se} o barco ia tomar aquela rota.  
e. Ela revelou-nos que artigo tinha sido aceite para publicação.  
f. Ela revelou-nos {que/\*se} esse artigo tinha sido aceite para publicação.

### 3.2 – Serão os DPs que contêm orações relativas interrogativas ocultas?

Quando olhamos para os verbos que permitem a alternância entre interrogativas *wh D-linked* e DPs contendo orações relativas verificamos que coincidem com os verbos que introduzem interrogativas indiretas impróprias listados na secção anterior, como mostra o confronto entre os exemplos (a) e (b) seguintes:

- (20) a. Ela sabe que dificuldades tem de enfrentar.  
b. Ela sabe as dificuldades que tem de enfrentar.  
(21) a. Nós adivinhámos/previmos que rota o barco ia tomar.  
b. Nós adivinhámos/previmos a rota que o barco ia tomar.  
(22) a. Ela revelou-nos que artigo tinha sido aceite para publicação.  
b. Ela revelou-nos o artigo que tinha sido aceite para publicação.

Considerando as paráfrases entre interrogativas e alguns DPs, Baker (1968), Suñer (1999), Romero (2005), Frana (2006), entre outros, colocaram a hipótese de esses DPs poderem ser interpretados como interrogativas ocultas. O Português também exhibe este fenómeno, quer com Vs introdutores de interrogativas indiretas propriamente ditas quer com Vs que introduzem interrogativas indiretas impróprias, como os exemplos em

(23) e (24) atestam:<sup>7</sup>

- (23) a. Eles perguntaram que horas eram.  
 b. Eles perguntaram as horas.
- (24) a. Eles revelaram/anunciaram quem/que pessoa tinha vencido o concurso.  
 b. Eles revelaram/anunciaram o vencedor do concurso.

Contudo, esta aproximação tem alguns problemas. Em primeiro lugar, o paralelismo entre uma oração CP introduzida por um sintagma *wh* e um simples DP é semântico e baseia-se numa relação de paráfrase; ao nível sintático não há nenhum movimento *wh* em (23b) ou (24b). Em segundo lugar, nem todos os verbos que legitimam interrogativas ocultas legitimam DPs contendo orações relativas; comparem-se os exemplos em (23) com (25), que é agramatical em Português Europeu:<sup>8</sup>

- (25) \*Eles perguntaram as horas que eram.

Em terceiro lugar, nem todos os verbos que admitem interrogativas indiretas impróprias como *saber*, *descobrir*, *adivinhar* (cf. (26a)) aceitam uma interrogativa oculta em PE (cf. (26b)):

- (26) a. Eles sabiam que pessoa tinha vencido o concurso.  
 b. \*Eles sabiam o vencedor do concurso.

---

<sup>7</sup> De maneira a adaptar a noção de pergunta cancelada à distinção entre interrogativas diretas próprias e impróprias, Suñer chega a propor a distinção entre perguntas ocultas próprias e impróprias (Suñer 1999: 2174-8). Assim, (i) representaria uma pergunta oculta própria e (ii) uma pergunta oculta imprópria (Suñer 1999: 2174-2178):

(i) Le preguntó su dirección (cf. Le preguntó (que) qual era su dirección).  
 (ii) Sabía su dirección (cf. Sabía cual era su dirección).

<sup>8</sup> Em Espanhol, o verbo *preguntar* seleciona não só um “simples” DP, como em (i), mas também um DP contendo uma oração relativa restritiva, como (ii):

(i) Me preguntó la hora (que era).  
 (ii) Me preguntó las dificultades que tendré que enfrentar.

Finalmente, mesmo quando podem selecionar um DP como argumento interno, alguns destes verbos têm restrições: só um DP que refira uma entidade que resulte de um processo de aquisição ou retenção de conhecimento é possível:

- (27) a. Eu sei/descobri/adivinhei o caminho/a verdade.  
b. Eu \*sei/#descobri/\*adivinhei o rapaz.

Vemos assim que não há total coincidência entre os verbos que permitem a alternância entre uma interrogativa imprópria e um DP contendo uma oração relativa e os verbos que podem selecionar interrogações ou perguntas ocultas. Por isso, concluímos que as construções (1b) e (2b) não são perguntas ocultas impróprias, contrariamente à posição defendida por Suñer 1999.<sup>9</sup>

### 3.3 – Análise modular das interrogativas impróprias e das relativizas com antecedente

Admitimos que a alternância entre interrogativas impróprias e DPs relativizados se deve parcialmente às propriedades estruturais que aproximam estas construções. No Programa Minimalista (Chomsky 1995), as orações que envolvem um movimento *wh* foram sendo representadas como em (28), em que C, o núcleo de CP, codifica a força ilocutória da frase e a posição de especificador contém um operador que liga a cópia do sintagma *wh* em TP. Porém, Rizzi (1997, 2004) apresenta uma análise alternativa, em que o domínio CP se encontra dividido em diferentes projeções funcionais, como explicitado nos aspetos relevantes em (29):

---

<sup>9</sup> Frana (2006), embora propondo uma análise semântica unificada de diferentes tipos de perguntas ocultas, reconhece que frases contendo o verbo *saber* representam uma crença *de re* acerca de um indivíduo. A autora dá um exemplo de pergunta oculta (i), que pode ser parafraseado como em (ii):  
(i) Kim knows the governor of California.  
(ii) Kim knows of A. Schwarzenegger that he is the governor of California.  
Em (i) e em (ii) temos uma crença *de re*, sendo *the governor of California* uma propriedade que acontece no mundo real.



As semelhanças entre relativas e interrogativas impróprias são também evidentes: partilham a força ilocutória declarativa e o facto de envolverem dependências A'. Estas semelhanças são captadas na representação (32b), em que foi usada a análise por elevação das relativas com antecedente (cf. Kayne 1994, Bianchi 1999)<sup>11</sup>. De acordo com esta análise, a oração relativa é selecionada por D e um constituinte nominal move-se do interior da subordinada para o especificador da projeção de CP mais alta, que nós assumimos ser ForceP:

- (32) a. Eu descobri o livro que tu leste.  
 b. ...[DPo [ForceP livroi [Force que [decl] ] [FinP [+finito] [TP tu leste  $\bar{H}v\bar{r}oi$ ]]]]]

No entanto, esta representação evidencia também as diferenças entre as interrogativas impróprias e as relativas: na derivação do CP relativo a categoria funcional Foco não ocorre, e, conseqüentemente, o constituinte-A' nas relativas não é discursivamente interpretado como um foco contrastivo, mas, possivelmente como um tópico. Assim, esta representação permite dar conta do facto de a expressão de focalização é *que*, que é legítima nas interrogativas impróprias, produzir resultados marginais nas orações relativas:

- (33) \*Eu descobri o livro *que é* que a Maria leu. (cf. Eu descobri que livro é que a Maria leu.)

Uma outra propriedade que parece corroborar o estatuto de tópico do operador A' nas relativas com antecedente é a exclusão de *wh* múltiplos:

- (34) \*Eu encontrei a rapariga que deu o quê a quem.

---

<sup>11</sup> Não discutiremos neste trabalho outras possíveis análises das relativas restritivas com antecedente, uma vez que todas elas assumem que o CP relativo está inserido num DP, e o CP relativizado manifesta movimento A' em línguas como o PE.

Repare-se que esta restrição não está presente nas interrogativas impróprias (cf. (35a)) nem nas interrogativas indiretas propriamente ditas (cf. (35b)):

- (35) a. Eu descobri que rapariga deu o quê a quem.  
 b. Ele perguntou quem deu o quê a quem.

Consideramos que esta restrição das relativas se deve ao facto de para cada CP relativo haver apenas um antecedente, que é discursivamente interpretado como informação dada e que está integrado numa configuração que é, do ponto de vista informacional, uma relação tópico-comentário.

Em suma, uma análise modular das interrogativas próprias e impróprias e dos DPs relativizados capta os aspetos estruturais comuns e divergentes destas construções. Porém, não nos dá diretamente a solução para a possibilidade de alternância entre DPs relativizados e interrogativas impróprias e a exclusão das interrogativas indiretas propriamente ditas desta alternância — veja-se o contraste entre (36), em que ocorre um verbo que legitima interrogativas impróprias e (37), que exhibe verbos que apenas admitem interrogativas propriamente ditas:

- (36) a. A Maria *descobriu* que livros a Ana tem de consultar.  
 b. A Maria *descobriu* os livros que a Ana tem de consultar.  
 (37) a. A Maria *perguntou/inquiriu* que livros a Ana tem de consultar.  
 b. \*A Maria *perguntou/ inquiriu* os livros que a Ana tem de consultar.

#### **4 – Referencialidade e a alternância interrogativas impróprias e DP relativizados**

Como referimos na secção 3.1, para além da força ilocutória, uma outra propriedade distingue interrogativas encaixadas verdadeiras de interrogativas impróprias, a natureza do predicado que as seleciona por argumento. Assim, analisaremos as classes semânticas dos predicados que permitem a alternância entre interrogativas impróprias e DP relativizados.

#### 4.1 – Referencialidade e classes semânticas de predicados

Como vimos em (18), os verbos que permitem a alternância entre interrogativas impróprias e DP relativizados são predicados de aquisição, retenção ou perda de conhecimento (38), de conjectura (39) e de comunicação sem valor interrogativo (40):

- (38) a. Ela descobriu/sabia/recordou/ignorava que rota o barco ia tomar.  
b. Ela descobriu/sabia/recordou/ignorava a rota que o barco ia tomar.
- (39) a. Nós adivinhamos/previmos que dificuldades teríamos de enfrentar.  
b. Nós adivinhámos/previmos as dificuldades que teríamos de enfrentar.
- (40) a. Ele explicou/revelou de que modo solucionaria a questão.  
b. Ele explicou/revelou o modo como solucionaria a questão.

Na classificação de Hooper & Thompson's (1973) estes predicados recaem em duas classes distintas: a dos *predicados fracamente assertivos*, que selecionam asserções<sup>12</sup>, i.e., proposições que podem ser verdadeiras ou falsas, como em (41); e a dos *predicados semi-factivos* (Karttunen 1971), ou seja, predicados basicamente factivos, que pressupõem a verdade do seu complemento proposicional, mas perdem a sua factividade em certos contextos, como em perguntas e condicionais, como (42):

- (41) Ele *previu* que ia chover, mas enganou-se.  
(42) a. Ele *descobriu* que está a chover (#mas enganou-se).  
b. Se ele *descobrir* que está a chover, avisa-nos.

---

<sup>12</sup> A noção de “asserção” não é definida por estes autores de modo absoluto; de qualquer modo, a asserção é “identified as that part which can be negated or questioned by the usual application of the processes of negation and interrogation” (Hooper & Thompson (1973: 473).

O facto de os predicados que admitem as alternâncias em estudo serem incluídos na classificação de Hooper e Thompson em duas classes distintas, com propriedades contraditórias (factivo vs. assertivo) é problemático. Porém, propostas recentes permitem ultrapassar este problema, pois não tomam a factividade como um traço primitivo mas tentam explicar esta noção em termos da de referencialidade (de Cuba & Ürögdi 2009, de Cuba & MacDonald 2011, Haegeman & Ürögdi 2010, Hinzen & Sheehan 2011).

Explorando as semelhanças entre o domínio nominal e o domínio oracional, Hinzen & Sheehan (2011) propõem uma escala de referencialidade idêntica para as expressões nominais e as orações. Nas expressões nominais temos as expressões deícticas, nomes próprios ou pronomes > as expressões definidas > as expressões quantificadas. Nas orações, temos as verdades > os factos > as proposições. Os dois casos intermédios são os que mais interessam para a nossa análise. Assim, o traço definido/indefinido, classicamente usado só para o domínio nominal, entraria na caracterização dos complementos oracionais e nos verbos que os seleccionam: as orações completivas seleccionadas por verbos factivos seriam equivalentes a expressões nominais definidas.

Desenvolvendo esta proposta, Hinzen & Sheehan (2011) propõem uma tipologia baseada nos seguintes traços: (i) assertivo/não-assertivo; (ii) comunicação/cognitivo/outros<sup>13</sup>; (iii) definido /indefinido, como ilustrado na tabela 2<sup>14</sup>:

---

<sup>13</sup> O traço *cognitivo* está relacionado com aquisição, retenção, perda ou falta de conhecimento.

<sup>14</sup> Os autores fazem corresponder a nova tipologia às noções clássicas de factivo, não factivo e semifactivo, como está patente na tabela.

I	II	III	IV	V	VI
STRONGLY ASSERTIVE COMMUNICATION DEFINITE PREDICATES  <i>semi-factives</i>	STRONGLY ASSERTIVE COMMUNICATION INDEFINITE PREDICATES  <i>non-factives</i>	WEAKLY ASSERTIVE COGNITIVE DEFINITE PREDICATES  <i>semi-factives</i>	WEAKLY ASSERTIVE COGNITIVE INDEFINITE PREDICATES  <i>non-factives</i>	NON- ASSERTIVE DEFINITE PREDICATES  <i>emotive factives</i>	NON- ASSERTIVE INDEFINITE PREDICATES  <i>factives</i>
disclose, divulge, confess, point out, reveal	say, claim, assert, report, vow	know, discover, find out, forget, realize, grasp	think, believe, suppose, guess, imagine, prove, decide	regret, deplore, resent, detest, hate, be glad, be aware, care, mind	doubt, (deny), be possible, be likely, wish, want, order, ask

TABELA 1 – Classificação de predicados de Hinzen & Sheehan (2011)

Nesta classificação, a natureza assertiva de um predicado não é incompatível com o seu estatuto factivo. Por outro lado, esta tipologia distingue entre predicados com um conteúdo cognitivo e os que têm um conteúdo comunicativo. Além disso, baseados no paralelismo semântico entre Vs factivos e semi-factivos, capazes de selecionarem uma oração de *that / the fact that* e uma expressão definida, Hinzen & Sheehan (2011) propõem para estes verbos o traço definido, para caracterizar o alto grau de referencialidade dos argumentos que selecionam.

De acordo com esta classificação, os predicados que admitem alternância entre interrogativas impróprias e os DP relativizados são maioritariamente selecionadas por predicados fracamente assertivos cognitivos definidos (*weakly assertive cognitive definite predicates*, classe III), como por exemplo *descobrir*, *imaginar*, e por predicados fortemente assertivos definidos de comunicação (*strongly assertive communication*

*definite predicates*, classe I), como *divulgar*, *revelar*. Por outras palavras, os predicados envolvidos na alternância em estudo legitimam CPs e DPs com traços de referencialidade.

#### 4.2 – Contrapartidas estruturais da natureza referencial de CP

Embora muitas das propriedades das frases em que existe alternância entre interrogativas impróprias e DPs contendo orações relativas se relacionem com os predicados que as selecionam, há propriedades estruturais que contribuem igualmente para permitir esta alternância. Alguma literatura recente procura, com efeito, estabelecer um correlato entre a referencialidade e as configurações estruturais dos CPs (e.g. De Cuba & Ürögdi 2009, De Cuba & McDonald 2013, Haegeman & Ürögdi 2010a, b, Haegeman 2012, Ürögdi 2012).

Assim, De Cuba & MacDonald(2013) assumem que o traço [+referencial] só é atribuído a CPs com menos estrutura. Segundo os autores, esta propriedade permitiria distinguir em Espanhol entre interrogativas subordinadas verdadeiras com o traço [-referencial], que admitem redobro de complementador, e interrogativas impróprias com o traço [+referencial], que excluem este redobro:

- (43) a. Le preguntaron [*que* [*a quién* invitó Susi al concierto ]]  
 b. \*Le explicaron [*que* [*a quién* invitó Susi al concierto ]]

No entanto, no PE não há evidência para haver uma camada adicional de estrutura de CP nas interrogativas subordinadas propriamente ditas, pelo que é difícil correlacionar o estatuto de referencialidade das interrogativas impróprias com a ausência desse nível estrutural suplementar:

- (44) \*Perguntaram-lhe que a quem falou a Susana.

Alternativamente, Haegeman & Ürögdi (2010 a,b), Ürögdi (2012) e Haegeman (2012), debruçando-se sobre complementos factivos, e

desenvolvendo ideias de Melvold (1991)<sup>15</sup>, propõem que a natureza referencial dos CPs e DPs decorre do movimento para a esquerda de um operador nulo:

(45) [CP Op<sub>i</sub> that [TP ... t<sub>i</sub>... ]]

(46) [DP Op<sub>i</sub> the [<sub>sc</sub> e<sub>i</sub>]NP ]]

No caso dos argumentos frásicos caracterizados como referenciais, esse operador mover-se-ia de uma posição interna ao TP para uma posição de especificador em CP e ligaria uma variável Evento. No caso dos constituintes nominais, um operador de definitude mover-se-ia para especificador em DP e ligaria uma variável interna à projeção SC (*small clause*) que inclui o NP.

As propostas de Haegeman & Ürögdi (2010 a,b) permitem fundamentar uma abordagem estrutural das estruturas de alternância CP e DP em estudo. Na próxima secção procuraremos conciliá-las com uma análise estrutural que tenha em conta os traços dos predicados que legitimam estas construções, tal como caracterizados por Hinzen & Sheehan (2011).

#### **4.3 – A natureza referencial das interrogativas impróprias e dos DPs relativizados**

Relacionemos de novo a alternância interrogativas indiretas impróprias e DPs contendo orações relativas com a natureza dos predicados que as selecionam. Recorde-se que, de acordo com a tipologia de Hinzen & Sheehan (2011), os predicados que permitem esta alternância são os *assertivos definidos cognitivos ou de comunicação*. Que os DPs que contêm relativas e que podem alternar com interrogativas indiretas impróprias têm de ser definidos é mostrado por exemplos como os seguintes:

(47) a. Ela descobriu quantos livros havia na biblioteca.

---

<sup>15</sup> Melvold (1991) propõe, para os complementos dos verbos factivos, a existência de um operador eventivo e de um operador definido, o operador iota.

- b. #Ela descobriu uma quantidade de livros que havia na biblioteca.
  - c. Ela descobriu a quantidade de livros que havia na biblioteca.
- (48) a. Nós adivinhámos que opções o capitão ia tomar.
- b. \*Nós adivinhámos umas opções que o capitão ia tomar.
  - c. Nós adivinhámos as opções que o capitão ia tomar.

Assumindo então que o traço definido é partilhado por certos verbos e certos DPs, duas questões relacionadas, mas não articuladas nos trabalhos de Hinzen e Sheehan e de Haegeman e Ürögdi, têm de ser discutidas:

- (49) i. Como é que o traço verbal [+definido] relaciona CPs e DPs em Sintaxe?
- ii. Como estender a análise proposta para orações completivas selecionadas apenas por factivos a outros CPs, nomeadamente às interrogativas *wh* impróprias que aqui nos ocupam?

Em relação à primeira pergunta, conjugando as propostas de Hinzen & Sheehan (2011) com as de Haegeman & Ürögdi (2010a,b) e Haegeman (2012), consideramos que o traço [+definido] do V está associado ao traço mais geral [+referencial], partilhado por um DP definido e por um CP introduzido por um *que / that*-CP selecionado pelos verbos semi-factivos.

Admitimos ainda que na estrutura sintática, *v*, em contraste com V, é uma categoria que exhibe quer traços lexicais quer traços funcionais (cf. Chomsky 2001, 2008). Assim, colocamos como hipótese que, além do traço [acusativo], *v* dispõe dos traços [eventivo] e [referencial], como ilustrado na seguinte representação:

- (50) [vP [v [+acusativo], [eventivo] [ ref ]]] [VP [V...]]

O traço [referencial] conta como não interpretável para *v*, mas é interpretável para argumentos verbais DP/CP. Quando *v*<sub>V</sub> é instanciado por um predicado assertivo definido cognitivo ou de comunicação, os traços selecionais deste predicado requerem que o DP ou CP selecionado pelo V seja marcado [+ref]. Por outro lado, só a inserção desse predicado pode

valorar adequadamente o traço não interpretável [ref] de *v. Agree* opera e o traço [ref] de *v\_V* assume o valor [ref: +ref]. Veja-se a representação (51):

- (51) [vP [v *descobrir* [ac], [eventivo] [ref: +ref]] [VP [V[ref: +ref]]  
[DP+ref/CP+ref] ] ]

Complementarmente, no argumento DP ou CP [+referencial] verifica-se movimento de operador, eventivo no caso do CP e definido no caso do DP, como proposto por Haegeman e Ürögdi (cf. (52)):

- (52) a. [vP [v *descobrir* [ac], [ ref: +ref]] ... [CP+refOp<sub>[eventivo]</sub> i ...  
[TP ... t<sub>i</sub>... ] ] ]  
b. [vP [v *descobrir* [ac], [ ref: +ref]] ... [DP+refOp<sub>i[definido]</sub> [ e<sub>i</sub>  
] NP ] ] ]

As abordagens de Hinzen & Sheehan (2011), de Haegeman & Ürögdi (2010a,b) e de Ürögdi (2012) debruçam-se tipicamente sobre a correlação entre DP e *that*-CPs. Por isso, o segundo problema que se nos depara é o de alargar esta análise às interrogativas impróprias e às relativas com antecedente com as quais alternam:

- (53) a. Nós descobrimos *que rota* o barco ia tomar.  
b. Nós descobrimos *a rota* que o barco ia tomar.

Estas propostas fornecem-nos parcialmente a solução do problema: em qualquer destes complementos, CP ou DP, o valor referencial é obtido pela presença do operador eventivo ou definido, como explicitado em (52). Porém, embora relevante, esta análise não dá conta da quase sinonímia dos complementos que entram em alternância. Essa quase-sinonímia decorre do conteúdo das frases encaixadas e da estrutura que apresentam (cf. secção 3.3). Este último aspeto merece ser enfatizado: as interrogativas impróprias e as relativas com que alternam apresentam a mesma força ilocutória (declarativa) e ambas exibem um operador-A' que liga, no domínio TP, a variável do sintagma movido, o whP *D-linked* (*que rota* em (53a)) ou relativizado, (*rota*, em (53b)), como explicitado em (54):

- (54) a. [<sub>ForceP</sub> WhP <sub>D-linked</sub> [Force declarativa] [<sub>TP</sub> ... t<sub>wh</sub> ...]]  
 b. [<sub>ForceP</sub> NP<sub>-rel</sub> [Force declarativa] [<sub>TP</sub> ... t<sub>rel</sub> ...]]

Adicionalmente, a natureza *D-linked* do *whP* nas interrogativas impróprias permite que estas partilhem com as relativas com antecedente correspondentes a pressuposição da existência de uma entidade específica. Deste modo, a alternância entre CPs de interrogativas impróprias e os DPs relativizados correlatos é esperada.

Em suma, nas interrogativas impróprias e nas relativas com antecedente o contexto de legitimação argumental e a estrutura operador-variável envolvendo os operadores eventivo e definido estabelece o valor referencial do CP e do DP; a pressuposição de uma entidade específica denotada pelo *whP D-linked* e pelo “antecedente” da relativa explica a sua alternância.

## 5 – Conclusões

O principal objetivo deste trabalho foi dar conta dos paralelos entre CP e DP no que diz respeito às suas propriedades referenciais a partir da alternância, possível em Português Europeu e em Espanhol, entre interrogativas impróprias e DPs contendo orações relativas. Vimos que, contra Suñer (1999), para o Espanhol, o DP que contém uma oração relativa restritiva não pode ser sintaticamente identificado como uma pergunta oculta.

O confronto entre as propriedades estruturais de interrogativas impróprias e das relativas com que alternam permitiu-nos precisar que tanto as interrogativas impróprias como um DP contendo uma oração relativa têm força ilocutória declarativa, representam ambos dependências A' e envolvem duas categorias, DP e CP, caracterizadas por um alto grau de referencialidade. A sua maior diferença é estarmos, no segundo caso, perante uma oração relativa encaixada num DP.

Adotando a tipologia de Hinzen & Sheehan (2011), propusemos que esta alternância é legitimada por verbos *assertivos definidos cognitivos ou de comunicação*, que correspondem a semi-factivos.

Procurando conciliar as propostas de Hinzen & Sheehan (2011)

com as de Haegeman & Ürögdi (2010 a, b), defendemos que há traços referenciais em *v* ([eventivo] e [referencial]) presentes na derivação da estrutura sintática. Alargando as propostas de Haegeman & Ürögdi (2010a, b), admitimos que o valor referencial das interrogativas impróprias e dos DPs relativizados decorre da presença de um operador para a periferia esquerda do CP e do DP, um operador eventivo no caso das interrogativas impróprias e um operador de definitude no caso dos DPs.

Esta propriedade, que aproxima as construções em estudo de outros argumentos CP e DP referenciais, não nos permite, no entanto, captar a quase sinonímia das construções que entram em alternância. Propusemos, assim, que essa quase sinonímia se deve em grande parte à força ilocutória declarativa, que ambas as construções exibem, e à correlação que se estabelece entre os *whP D-linked* que figuram nas interrogativas impróprias e o operador-*A'* das relativas com antecedente, bem como ao facto de os *whP D-linked* e os DPs relativizados definidos com que alternam veicularem a pressuposição da existência de uma entidade específica.

Concluímos, pois, que a alternância entre interrogativas indiretas impróprias e DPs contendo relativas restritivas é permitida não só pelas propriedades lexicais de certos predicados, mas também por propriedades sintáticas e discursivas destas construções.

## REFERÊNCIAS

- Abney, S. 1987. *The English Noun Phrase in its sentential aspect*. PhD. Dissertation, MIT.
- Ambar, Manuela. 1999. Aspects of the Syntax of Focus in Portuguese. In Georges Rebuschi; Laurice Tuller (Eds.) *The grammar of focus*, Amsterdam: John Benjamins, 23-53
- Baker, C. 1968. *Indirect Questions in English*. PhD. Dissertation. University of Illinois, Urbana.
- Bianchi, V. 1999. *Consequences of Antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Brito, A.M. 1991. *A Sintaxe das Orações Relativas em Português*, Lisboa: INIC.

- Brito, A.M. 2015. Alguns paralelos sintáticos entre construções nominais e frásicas. *Textos Seleccionados. XXX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto. 21-50.
- Chomsky, N. 1986. *Barriers*. MA: MIT Press.
- Chomsky, N. 1995. *The Minimalist Program*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, N. 2001. Derivation by Phase. In M. Kenstowicz. (Ed.) *Ken Hale – a life in language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1-52.
- Chomsky, N. 2008. On Phases. In: R. Freidin; C. Otero; M.-L. Zubizarreta (Eds.) *Foundational Issues in Linguistic Theory – Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud*, Cambridge, MA: MIT Press, 133-166.
- Coene, M.; Y. D’Hulst. 2002. Introduction: The syntax and semantics of noun phrases. In: M. Coene; Y.D’Hulst (Eds.) *From NP to DP. Volume I: The syntax and semantics of noun phrases*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1-33.
- Costa, J.; M. Lobo 2009. Estruturas clivadas: evidência dos dados do português europeu não-standard. *Anais do Congresso Internacional da Abralin – João Pessoa – 2009*, vol. 2. João Pessoa: Universidade Federal Paraná, 3800-3806.
- Dayal, V.; J. Grimshaw. 2009. *Subordination at the interface*. Department of Linguistics, Rutgers University. Ms.
- De Cuba, C.; B. Ürögdi. 2009. Eliminating Factivity from Syntax: Sentential Complements in Hungarian. In: M. Den Dikken; R. Vago (Eds.). *Approaches to Hungarian*, vol. 11. John Benjamins, 29-63.
- De Cuba, C.; J. MacDonald. 2013. Referentiality in Spanish CPs. In: V. Camacho-Taboada; A. Jiménez-Fernandez; J. Martin-González; M. Reys-Tejedor. *Information structure and Agreement*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 117-140.
- Demonte, V.; O. Soriano. 2009. Force and finiteness in the Spanish complementizer system. *Probus*, 21: 23-49.
- Duarte, I. (2003) Subordinação completiva – as orações completivas. In: M. H. Mateus; A. M. Brito; I. Duarte; I. Faria; S. Frota; G. Matos; F. Oliveira; M. Vigário; A. Villalva (2003) *Gramática da língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 595-651.
- Frana, I. 2006. The reanalysis of concealed questions. A unified approach to definite and indefinite concealed questions. <http://research.nii.ac.jp/salt16/proceedings/frana-salt16.pdf>

- Gonçalves, A. 1996. Aspetos da sintaxe dos verbos auxiliares do Português Europeu. In: A. Gonçalves; M. Colaço; M. Miguel; T. Mória. *Quatro Estudos em Sintaxe do Português. Uma Abordagem segundo a Teoria dos Princípios e Parâmetros*, Lisboa: Ed. Colibri.
- Haegeman, L. 2012. *Adverbial Clauses, Main Clause Phenomena, and the Composition of the Left Periphery*. Oxford: Oxford University Press.
- Haegeman, L.; B. Ürögdi. 2010a. Referential CPs and DPs: an operator movement account. *Theoretical Linguistics* 36: 111-152.
- Haegeman, L.; B. Ürögdi. 2010b. Operator movement, referentiality and intervention. *Theoretical Linguistics*.36: 233-246.
- Hinzen, W.; M. Sheehan. 2011. Moving towards the edge: the grammar of reference, *Linguistic Analysis*, 37: 405-458.
- Hooper, J.; S. Thompson. 1973. On the Applicability of Root Transformations, *Linguistic Inquiry*, 4:465-497.
- Karttunen, L. 1977. Syntax and semantics of questions. *Linguistics and Philosophy*, 1: 3-44.
- Kayne, R. 1994. *The Antisymmetry of Syntax*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- Keenan, E.; R. Hull. 1973. The Logical Syntax of Direct and Indirect questions. In: C. Corumm; T. Smith; A. Weiser (Eds.) *You take the high node and I'll take the low node. Papers from the Comparative Syntax Festival. The differences between main and subordinate clauses*. Chicago, Chicago Linguistics Society, 348-371.
- Kiparsky, P.; C. Kiparsky, 1970. Fact. In: M. Bierwisch; K. Heidolph (Eds.) *Progress in Linguistics*. The Hague: Mouton, 143-173.
- Longobardi, G. 1994. Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and Logical Form, *Linguistic Inquiry*, 23: 79-108.
- Matos, G. 1992. *Elipse do Predicado em Português - SV Nulo e Despojamento*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Matos, G.; A. M. Brito. 2013. The alternation between improper indirect questions and restrictive relatives. In: V. Camacho-Taboada, A. Jiménez-Fernández, J. Martín-González, Javier & M. Reyes-Tejedor (Eds.) *Information Structure and Agreement*, Amsterdam: John Benjamins, 83-116.
- Melvold, J. (1991). 'Factivity and definiteness.' In: L. Cheng; H. Demirdache (Eds.). *MIT Working Papers in Linguistics*.15. MIT: Cambridge, Mass., 97-117.

- Moreno Cabrera, J. 2002. *Curso Universitario de Lingüística General, Tomo I: Teoría de la gramática y sintaxis general*, 2ª ed. revista e aumentada, Madrid: Síntesis.
- Plann, S. 1982. Indirect Questions in Spanish, *Linguistic Inquiry*, 12, 297-312.
- Raposo, E. 1987. Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese, *Linguistic Inquiry*, 18: 85-110.
- Rizzi, L. 1997. The fine structure of the left periphery. In: L. Haegeman (Ed.) *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer, 281-337.
- Rizzi, L. 2004. Locality and Left Periphery. In A. Belletti (ed.) *The Structures and Beyond- the Cartography of Syntactic Structures*. Volume 3. Oxford: Oxford University Press, 223-251.
- Romero, M. 2005. Concealed questions and specificational subjects. *Linguistics and Philosophy*, 28: 687-737.
- Ross, J. 1967. *Constraints on Variables in Syntax*. PhD Dissertation, MIT.
- Szabolcsi, Anna. 1994. The noun phrase. In F. Kiefer & K. É Kiss (Eds.), *The Syntax of Hungarian. Syntax and Semantics 27*. San Diego: Academic Press, 179-274.
- Suñer, M. 1993. About indirect questions and semi-questions. *Linguistics and Philosophy*, 16: 45-77.
- Suñer, M. 1999. La subordinación sustantiva: la interrogación indirecta. In: I. Bosque; V. Demonte (Eds.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 2147-2195.
- Ürögdi, B. 2012. *Operator Movements in Embedded Clauses*. PhD. Dissertation, Eötvös Loránd University, Budapest.
- Vergnaud, J-R. 1974. *French Relative Clauses*, PhD. Dissertation, MIT.